

**Companhia Hispano -  
Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS**

Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2015 e 2014

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás  
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

7. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 7, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Vale S.A. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.


### **Outros assuntos**

#### ***Demonstração do valor adicionado***

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador CRC RJ-064887/O-8

# Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização – HISPANOBRAS

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2015	2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.201	24.538	Fornecedores			
Contas a receber - partes relacionadas	7	148.148	93.273	Partes relacionadas	7	10	9
Tributos a recuperar	8	100.660	33.874	Outros		1.318	3.766
Outros ativos		<u>1</u>	<u>7</u>	Dividendos propostos	13 b	27.911	33.659
		<u>295.010</u>	<u>151.692</u>	Tributos a pagar	11	28.853	13.721
				Outros passivos		<u>269</u>	<u>249</u>
						<u>58.361</u>	<u>51.404</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Tributos diferidos	10	4.392	2.778
Depósitos judiciais	12a	73.457	66.324	Provisão para contingências	12	<u>5.613</u>	<u>5.049</u>
Tributos a recuperar	8	-	113.587			<u>10.005</u>	<u>7.827</u>
Outros		<u>86</u>	<u>86</u>				
		<u>73.543</u>	<u>179.997</u>				
				<b>Patrimônio líquido</b>	13		
Imobilizado	9	<u>135.142</u>	<u>146.188</u>	Capital social		202.698	202.698
		<u>208.685</u>	<u>326.185</u>	Reserva de lucros		<u>232.631</u>	<u>215.948</u>
						<u>435.329</u>	<u>418.646</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>503.695</u>	<u>477.877</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>503.695</u>	<u>477.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

## Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)*

	Notas	2015	2014
Receita líquida de arrendamento	14	160.320	107.648
Custo do arrendamento	15	<u>(23.174)</u>	<u>(23.112)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>137.146</u>	<u>84.536</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas		541	(143)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	<u>(1.152)</u>	<u>64.319</u>
		<u>(611)</u>	<u>64.176</u>
<b>Lucro operacional</b>		<u>136.535</u>	<u>148.712</u>
<b>Resultado financeiro</b>	17		
Despesas financeiras		(1.521)	(7.686)
Receitas financeiras		<u>12.931</u>	<u>7.320</u>
		<u>11.410</u>	<u>(366)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>147.945</u>	<u>148.346</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	10		
Corrente		(48.395)	(31.677)
Diferido		<u>(1.615)</u>	<u>1.433</u>
		<u>(50.010)</u>	<u>(30.244)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>97.935</u>	<u>118.102</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social -Básico e diluído - Em Reais		<u>39,36</u>	<u>47,46</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

## Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Lucro líquido do exercício	97.935	118.102
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>97.935</u>	<u>118.102</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	Reserva para dividendo adicional proposto			
<b>Em 1º de janeiro de 2014</b>	202.698	17.319	83.372	76.956	-	380.345	
Destinação de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(46.142)	-	(46.142)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	118.102	118.102	
Destinação dos resultados							
Reserva legal	-	5.905	-	-	(5.905)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(33.659)	(33.659)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	28.479	(28.479)	-	
Transferência lucros retidos	-	-	50.059	-	(50.059)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	202.698	23.224	133.431	59.293	-	418.646	
Destinação de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(53.341)	-	(53.341)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	97.935	97.935	
Destinação dos resultados							
Reserva legal	-	4.897	-	-	(4.897)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(27.911)	(27.911)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	65.127	(65.127)	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>202.698</u>	<u>28.121</u>	<u>133.431</u>	<u>71.079</u>	-	<u>435.329</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	97.935	118.102
<b>Ajustes</b>		
Depreciação	25.488	25.361
Baixa por inventário de ativos	487	14
Imposto de renda e contribuição social, diferidos	1.615	(1.433)
Variação monetária de depósitos judiciais e contingências	(6.915)	4.839
Provisão (reversão) para perda de créditos tributários	(902)	-
Provisão para contingências	7	(66.994)
	<u>117.715</u>	<u>79.888</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(54.875)	(52.994)
Estoques	-	89
Tributos a recuperar	43.582	26.083
Depósitos judiciais	339	(4.563)
Outros ativos	6	(4)
Fornecedores	(2.447)	2.118
Tributos a pagar	67.649	43.409
Outros passivos	19	(20)
	<u>54.273</u>	<u>14.119</u>
<b>Tributos sobre o lucro pagos</b>	<u>(48.395)</u>	<u>(31.677)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>123.593</u>	<u>62.330</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	<u>(14.930)</u>	<u>(15.632)</u>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<u>(14.930)</u>	<u>(15.632)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	<u>(87.000)</u>	<u>(50.000)</u>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<u>(87.000)</u>	<u>(50.000)</u>
<b>Aumento (Redução) líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	21.663	(3.302)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>24.538</u>	<u>27.840</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício</b>	<u>46.201</u>	<u>24.538</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

## Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
<b>Receitas</b>		
Receita com arrendamento	176.671	118.632
Outras receitas (despesas)	<u>(611)</u>	<u>64.176</u>
<b>Valor adicionado bruto produzido pela Sociedade</b>	<u>176.060</u>	<u>182.808</u>
Depreciação e amortização	<u>(25.488)</u>	<u>(25.361)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade</b>	<u>150.572</u>	<u>157.447</u>
<b>Valor recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	<u>5.458</u>	<u>7.320</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>156.030</u>	<u>164.767</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Impostos, taxas e contribuições	<u>64.047</u>	<u>38.979</u>
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>(5.952)</u>	<u>7.686</u>
Dividendos	27.911	62.138
Lucros retidos	<u>70.024</u>	<u>55.964</u>
	<u>97.935</u>	<u>125.788</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>156.030</u>	<u>164.767</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)*

### **1 Informações gerais**

A Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás ("Sociedade" ou "Hispanobrás") é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, localizada em Vitória - Espírito Santo, constituída em 1974. A Sociedade é uma associação da Vale S.A. ("Vale") e da ArcelorMittal España, S.A. (Grupo ArcelorMittal) que compartilham o controle da Sociedade. Suas atividades compreendem a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro, cujas vendas são destinadas substancialmente aos acionistas.

Em 16 de maio de 2012 a Sociedade celebrou com seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional de suas usinas de pelotização. Este contrato passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2012 e tem como objetivo gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 30 de março de 2016.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

### **2.4 Ativos financeiros**

#### **2.4.1 Classificação**

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber", "Depósitos judiciais", e "Caixa e equivalentes de caixa".

#### **2.4.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

#### **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.4.4 Impairment de ativos financeiros

##### *Ativos mensurados ao custo amortizado*

A Sociedade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades contábeis; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia evidência objetiva de *impairment* nos ativos financeiros da Sociedade.

## 2.5 Contas a receber de partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pelo valor da contraprestação a receber do arrendatário. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 2.6 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxas anuais	Anos
Edificações	4%	25 a 40
Máquinas e instalações	5% a 10%	10 a 15
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	3 a 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

## 2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2015 e 2014, a administração não identificou qualquer evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

## 2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores, incluindo partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## **2.11 Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.12 Reconhecimento da receita**

Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento da usina à Vale desde 1º de junho de 2012, conforme Nota Explicativa nº 1, sendo apropriada mensalmente ao resultado e na medida em que:

- Os custos relacionados a esse arrendamento possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurada com segurança; e
- Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e realizadas exclusivamente aos sócios na proporção da participação acionaria.

## **2.13 Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.



#### 2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade que prevê o dividendo mínimo de 30%. O valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

#### 2.15 Novas normas e interpretações

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia não espera impactos significativos na sua aplicação.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers** - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - *Revenue*, o IAS 11 - *Construction contracts* e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.
- **IFRS 16 Leases** - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 - *Leases* e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, são:

### **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Sociedade está sujeita ao pagamento de imposto de renda em de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

### **Vida útil dos ativos**

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, conforme taxas descritas nas Notas Explicativas nº 2.6 e 9, respectivamente.

### **Provisões para contingências**

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição de provisão para contingência é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

## **4 Gestão de risco financeiro**

### **4.1 Fatores de risco financeiro**

Após o arrendamento operacional dos ativos, a Sociedade passou a restringir seu risco financeiro, notadamente o risco de crédito e liquidez.

#### **a. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha, e contas a receber com seu acionista Vale. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

#### **b. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da empresa. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### **4.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

#### **4.3 Estimativa do valor justo**

Os saldos de valor justo do contas a receber e contas a pagar aos fornecedores são similares aos valores contábeis. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

### **5 Instrumentos financeiros por categoria**

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
	2015	2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	46.201	24.538
Contas a receber - partes relacionadas	148.148	93.273
Depósitos judiciais	<u>73.457</u>	<u>66.324</u>
	<u>267.806</u>	<u>184.135</u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>	
	2015	2014
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (i)	<u>1.596</u>	<u>4.024</u>

- (i) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	213	402
Aplicações financeiras	<u>45.988</u>	<u>24.136</u>
	<u>46.201</u>	<u>24.538</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2015 de 101% sobre o CDI (101% em 2014) e por quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2015 de 13,30% (não aplicável à 2014). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 7 Partes relacionadas

### a. Transações e saldos

	Ativo		Passivo	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber - Vale S.A.	148.148	93.273	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas - Vale S.A.	-	-	10	9
Dividendos a pagar				
Vale S.A..	-	-	14.204	17.129
Grupo Arcelor Mittal.	-	-	<u>13.707</u>	<u>16.530</u>
Circulante	<u>148.148</u>	<u>93.273</u>	<u>27.921</u>	<u>33.668</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a partir de 1º de julho de 2012, o saldo de contas a receber da Sociedade é composto basicamente pelo montante a receber relativo ao arrendamento dos ativos da Sociedade pela Vale.

Os principais saldos de resultado operacional e financeiro com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receitas de arrendamento		
Vale S.A.	176.671	118.632
Impostos sobre arrendamento	(16.351)	(10.984)
Receita líquida	<b>160.320</b>	<b>107.648</b>

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes.

**b. Remuneração do pessoal-chave da administração**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, considerando que em 1º de julho de 2012 toda a planta da Sociedade foi arrendada ao acionista Vale, não há despesa com honorários ao pessoal-chave da administração

**8 Tributos a recuperar**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Contribuição para Financiamento da		
Seguridade Social - COFINS	85.649	123.139
Programa de integração Social - PIS	11.297	21.189
Imposto de renda	3.714	3.133
	<b>100.660</b>	<b>147.461</b>
(-) Parcela não circulante	-	(113.587)
Parcela circulante	<b>100.660</b>	<b>33.874</b>

A parcela não circulante refere-se aos créditos de PIS e COFINS.

## 9 Imobilizado

	<b>Imóveis e bens em operação</b>	<b>Instalações</b>	<b>Equipamentos autônomos</b>	<b>Outros</b>	<b>Total em operação</b>	<b>Imobilizado em curso</b>	<b>Imobilizado total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>							
Saldo inicial	160	122.324	6.118	8	128.610	27.323	155.933
Aquisição	-	-	-	-	-	15.632	15.632
Baixa	-	-	(14)	-	(14)	-	(14)
Transferência	1.918	(5.955)	9.660	8.623	14.246	(14.246)	3
Depreciação	(54)	(23.473)	(1.328)	(509)	(25.364)	-	(25.361)
Saldo final	<u>2.024</u>	<u>92.896</u>	<u>14.436</u>	<u>8.122</u>	<u>117.478</u>	<u>28.709</u>	<u>146.188</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>							
Custo total	2.871	365.432	36.574	13.459	418.336	28.709	447.045
Depreciação acumulada	(847)	(272.536)	(22.138)	(5.337)	(300.858)	-	(300.857)
Saldo contábil, líquido	<u>2.024</u>	<u>92.896</u>	<u>14.436</u>	<u>8.122</u>	<u>117.478</u>	<u>28.709</u>	<u>146.188</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>							
Saldo inicial	2.024	92.896	14.436	8.122	117.478	28.709	146.187
Aquisição	-	-	-	-	-	14.930	14.930
Baixa	-	-	-	-	-	(487)	(487)
Transferência	94	12.492	4.474	682	17.742	(17.742)	(17.742)
Depreciação	(97)	(22.305)	(2.186)	(900)	(25.488)	-	(25.488)
Saldo final	<u>2.021</u>	<u>83.083</u>	<u>16.724</u>	<u>7.904</u>	<u>109.732</u>	<u>25.410</u>	<u>135.142</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>							
Custo total	2.965	377.924	41.048	14.141	436.078	25.410	461.488
Depreciação acumulada	(944)	(294.841)	(24.324)	(6.237)	(326.346)	-	(326.346)
Saldo contábil, líquido	<u>2.021</u>	<u>83.083</u>	<u>16.724</u>	<u>7.904</u>	<u>109.732</u>	<u>25.410</u>	<u>135.142</u>

## 10 Imposto renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, conforme demonstrados:

	Base		Alíquota	Imposto e contribuição	
	2015	2014		2015	2014
Diferenças temporárias sobre provisões	8.110	7.546	34%	2.757	2.565
Diferenças temporárias sobre atualização de depósitos judiciais	<u>(21.029)</u>	<u>(15.715)</u>	<u>34%</u>	<u>(7.150)</u>	<u>(5.343)</u>
	<u>(12.919)</u>	<u>(8.169)</u>		<u>(4.393)</u>	<u>(2.778)</u>

### b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetam os resultados dos exercícios, reconciliados com a alíquota nominal, são demonstrados como segue:

	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	147.495	148.346
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(50.301)	(50.438)
Multas indedutíveis	-	(208)
Imposto de renda de exercícios anteriores - Adesão ao REFIS	-	1.222
Outros permanentes	291	21.624
	<u>(50.010)</u>	<u>(30.244)</u>
Corrente	(48.395)	(31.677)
Diferido	<u>(1.615)</u>	<u>1.433</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(50.010)</u>	<u>(30.244)</u>

## 11 Tributos a pagar

Os tributos a pagar correspondem exclusivamente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar é de R\$ 28.853 (R\$ 13.721 em 2014).

## 12 Contingências e compromissos assumidos

A Sociedade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2015		2014	
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Imposto de renda e contribuição social	44.490	-	41.156	-
ICMS sobre demanda de energia elétrica	18.882	-	17.394	-
Denúncia espontânea PIS sobre IPE	1.885	-	1.744	-
Encargo de capacidade emergencial	4.717	4.910	4.353	4.379
Reclamações trabalhistas e outros	3.483	703	1.677	670
	73.457	5.613	66.324	5.049

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e seus valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Em determinados processos judiciais, ao invés de efetuar o depósito judicial, a Sociedade apresentou fianças bancárias que totalizam R\$ 42.273 (R\$ 44.546 em 2014).

Adicionalmente, a Sociedade possui o montante de R\$ 994.474 (2014 - R\$ 968.434), referente a processos das naturezas acima citadas, que, conforme estimativas da administração e opinião de seus consultores jurídicos foram classificadas com expectativa de perda possível, não requerendo a constituição de provisão para contingências.

A causa possível mais relevante em 31 de dezembro encontra-se descrita abaixo:

- (i) No período de 2007 a 2012, a Sociedade foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a cobrança de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 914.541.

A Sociedade atuava na produção e venda de pelotas de minério de ferro aglomerados (pelotas) e não aglomerados (finos). De acordo com entendimento da Administração e seus assessores jurídicos, o minério de ferro não aglomerados (finos) era comercializado no mercado interno e já sofria a devida tributação, enquanto que o minério de ferro aglomerado (pelotas) era comercializado no mercado externo, diretamente ou através de Comercial Exportadora, por isso, fica afastada a incidência de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de vendas de pelotas com o fim de exportação.



A movimentação dos depósitos judiciais e provisão para contingências é como segue:

**a. Depósitos judiciais**

	<b>2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>2015</b>
Imposto de renda	20.470	-	-	1.703	22.173
Contribuição social	20.686	-	-	1.631	22.317
Denúncia espontânea PIS sobre IPE	1.744	-	-	141	1.885
ICMS sobre demanda de energia elétrica	17.394	-	-	1.488	18.882
Encargo de capacidade emergencial	4.353	-	-	364	4.717
Reclamações trabalhistas e outros	1.677	11	(350)	2.145	3.483
	<u>66.324</u>	<u>11</u>	<u>(350)</u>	<u>7.472</u>	<u>73.457</u>

**b. Provisão para contingências**

	<b>2014</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>2015</b>
Encargo de capacidade emergencial	4.379	-	-	528	4.907
Reclamações trabalhistas e outros	670	6	-	30	706
	<u>5.049</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>558</u>	<u>5.613</u>

**c. Natureza das contingências**

A natureza das contingências provisionadas pode ser sumariada como segue:

Tributárias - referem-se, principalmente a discussão quanto à cobrança de Encargo de Capacidade Emergencial - ECE e o Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAE destinados à empresa pública Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial-CBEE (ECE/EAE - Lei 10.438/02 e Res. ANEEL n. 249/02, incluídos nas contas de energia elétrica entre o período de 2002 a 2005.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em contestações de antigos empregados em relação a determinados direitos trabalhistas como horas extras, férias entre outros.

### **13 Patrimônio líquido**

#### **a. Capital social**

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

	<b>Número de ações</b>
Ações ordinárias	
Acionista do país	1.128.035.520
Acionista do exterior	<u>1.083.798.833</u>
	<u>2.211.834.353</u>
Ações preferenciais	
Acionista do país - classe "A"	138.239.646
Acionista do exterior	
Classe "B"	94.002.959
Classe "C"	<u>44.236.687</u>
	<u>276.479.292</u>
	<u>2.488.313.645</u>

As ações preferenciais Classes "A" e "B", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto na eleição e na destituição de determinados membros da Diretoria. As ações preferenciais Classe "C", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto exclusivamente sobre todas e quaisquer modificações do Estatuto, na aprovação das demonstrações contábeis e em todas as resoluções relacionadas com a destinação dos lucros, incluindo a distribuição dos dividendos. Todas as ações preferenciais gozam de prioridade no reembolso de capital e têm direito ao dividendo que for assegurado às ações ordinárias.

As ações não possuem valor nominal.

#### **b. Dividendos propostos**

Os acionistas têm direito de receber um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido do exercício, calculado conforme Estatuto Social da Sociedade. Neste sentido a Sociedade registrou como dividendo mínimo obrigatório os montantes de R\$ 27.911 e R\$ 33.659 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Somente a Assembleia dos sócios é soberana em deliberar sobre a distribuição dos dividendos da Sociedade e conseqüentemente, o excedente aos 30% do lucro líquido do exercício será mantido no patrimônio líquido.

Em 16 de janeiro de 2015, a Assembleia dos acionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 70.000 durante o exercício de 2015. Em 28 de abril de 2015 a Assembleia dos acionistas determinou que este montante seria constituído de R\$ 33.659 provenientes de antecipação dos dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2014 e a parcela de 36.341 como dividendos adicionais.

Em 28 de abril de 2015, a Assembleia dos acionistas aprovou o pagamento de R\$ 17.000 como dividendos adicionais aos acionistas.

**c. Reservas de lucros**

- **Reserva legal** - constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- **Reserva para retenção de lucros** - refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Sociedade, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- **Reserva para dividendo adicional proposto** - Conforme preconizado pelo ICPC 08 o excedente aos 30% do lucro líquido do exercício será mantido no patrimônio líquido, no grupo de reserva de dividendos adicional proposto. O pagamento deste saldo excedente das reservas de lucros, será deliberada pela Assembleia de sócios.

**d. Destinação do resultado do exercício**

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2014:

	2015	2014
<b>Origens</b>		
Lucro líquido do exercício	97.935	118.102
(-) Reserva legal 5% (lucro líquido do exercício)	<u>(4.897)</u>	<u>(5.905)</u>
Total das origens	<u>93.038</u>	<u>112.197</u>
<b>Destinações</b>		
Dividendos propostos 30%	27.911	33.659
Dividendo adicional proposto	65.127	28.479
Reservas de lucros	<u>-</u>	<u>50.059</u>
Total das destinações	<u>93.038</u>	<u>112.197</u>

## 14 Arrendamento operacional

Em maio de 2012, a Sociedade celebrou com o seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional da sua Usina de Pelotização, vigorando a partir da data da sua assinatura com vigência de três anos . Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale, que deverá pagar os seguintes valores: (i) parcela fixa anual de R\$ 23.000, a serem reajustados no final de cada ano civil, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV), e (ii) honorários de êxito resultantes da performance da Planta de Pelotização, a ser calculado de acordo com critérios estabelecidos no contrato de arrendamento.

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Parcela fixa	28.523	25.359
Parcela variável	<u>148.148</u>	<u>93.273</u>
	<u>176.671</u>	<u>118.632</u>

A reconciliação da receita do arrendamento para a receita líquida é como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receita com arrendamento	176.671	118.632
Impostos sobre arrendamento	<u>(16.351)</u>	<u>(10.964)</u>
Receita líquida	<u>160.320</u>	<u>107.648</u>

## 15 Custo do arrendamento

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Depreciação e amortização	(25.488)	(25.361)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	<u>2.314</u>	<u>2.249</u>
	<u>(23.174)</u>	<u>(23.112)</u>

## 16 Outras receitas (despesas) operacionais

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Reversão de provisão (provisão) para contingências	(11)	66.341
Despesas com estudos e pesquisas	(669)	(2.958)
Custo com baixa de ativos	(487)	(14)
Outros	<u>14</u>	<u>950</u>
	<u>(1.152)</u>	<u>64.319</u>

## **17 Receita e despesas financeiras**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Rendimento de aplicação financeira	5.458	2.274
Variações monetárias e cambiais ativas	<u>7.473</u>	<u>5.046</u>
	<u>12.931</u>	<u>7.320</u>
Variações monetárias e cambiais passivas	(558)	(4.839)
Juros e multas por atraso no recolhimento de impostos e infrações fiscais	(2)	(2.278)
Despesas bancárias	(2)	(271)
Outros	<u>(959)</u>	<u>(298)</u>
	<u>(1.521)</u>	<u>(7.686)</u>
	<u>11.410</u>	<u>(366)</u>

## **18 Cobertura de seguros**

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e consequente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 2.563.068 (2014 - R\$ 1.917.328).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*

José Lúcio Pádua Soares Junior  
Diretor

Leonardo Gava  
Diretor

Bruno Mendes de Moraes  
Gerente de Contabilidade Subsidiárias Brasil

Anderson Teixeira Moreira  
Contador  
CRC-RJ 104207/O-5 "S" ES